

Contributo de Portugal à consulta pública sobre a inclusão de disposições de isenção para os portos e aeroportos no RGIC e alterações aos auxílios regionais ao funcionamento

Maio de 2016

Análise geral

Portugal considera que a proposta em apreço sobre a inclusão de disposições de isenção para os portos e aeroportos no Regulamento Geral de Isenção por Categoria de 2014 (Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho), bem como as alterações propostas aos auxílios regionais ao funcionamento, são globalmente positivas e merecedoras de apoio.

Consideramos que a inclusão dos portos e aeroportos nas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno é uma forma de simplificar e clarificar as regras de auxílios estatais, uma vez que o desenvolvimento de critérios de isenção para as infraestruturas portuárias e aeroportuárias regionais propicia uma redução nos encargos administrativos.

Também no que se refere aos auxílios regionais ao funcionamento nas Regiões Ultraperiféricas (RUP) apoiamos a generalidade das alterações propostas, mas consideramos que podem ainda ser introduzidas melhorias em alguns aspetos.

Remetem-se, assim, comentários mais específicos à proposta em análise que altera o Regulamento (UE) n.º 651/2014:

Artigo 1.º n.º 1 alínea a)

Concordamos com a inclusão no artigo 1.º das novas alíneas:

- m) Auxílios a aeroportos regionais; e
- n) Auxílios a portos.

Artigo 1.º n.º 1 alínea b)

Consideramos que o artigo 1.º n.º 1 alínea b), deve ser revisto/corrigido na parte referente à alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º do RGIC em vigor. Entendemos que ao excluir os apoios ao sector da pesca do regime em causa, dever-se-ia referenciar o Regulamento da (U.E) n.º 508/ 2014 do Parlamento

Europeu e do Conselho de 15 de maio, que estabelece as medidas financeiras da União destinadas à Política Comum das Pescas, em vez do Regulamento da (U.E) n.º 1379/ 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de dezembro de 2013, que estabelece a Organização Comum de Mercado dos Produtos da Pesca e da Aquicultura.

Artigo 1.º n.º 2

Na alínea a) não é compreensível a necessidade de alteração da definição de “auxílio regional ao funcionamento” prevista no ponto 42) para ser retirada a expressão “que não estejam ligadas a um investimento inicial”.

Entende-se que a atual redação, ao excluir expressamente da definição de auxílios ao funcionamento as despesas correntes de uma empresa “que não estejam ligadas a um investimento inicial” possibilita a existência de despesas correntes que não são incluídas na definição de auxílios regionais ao funcionamento. Neste sentido, a alteração proposta não nos parece adequada, tendo em conta que, para a realização de um investimento inicial, cuja definição consta no ponto 51, poderá ser necessário realizar despesas correntes, designadamente ao nível da contratação de serviços.

Na alínea d), embora se concorde que na definição de “perda substancial de postos de trabalho” seja fixado o referencial de redução de, pelo menos, 50% dos efetivos de um estabelecimento, julga-se que o referencial alternativo de uma perda de, pelo menos, 100 postos de trabalho é excessivo nalgumas regiões, designadamente nas Regiões Ultraperiféricas e nas zonas escassamente povoadas, tendo em conta o impacto que podem causar nos níveis de desemprego dessas regiões.

Artigo 1.º n.º 6

Quanto à alteração ao artigo 7.º, concorda-se com a proposta de aditamento de um terceiro período no n.º 1, para que seja possível o cálculo dos custos elegíveis em conformidade com as opções de custos simplificados do FEDER.

De igual modo, concorda-se com as novas redações do primeiro período do n.º 3 e com a supressão do n.º 4.

Artigo 1.º n.º 8

Relativamente à nova redação da alínea b) do artigo 13.º, regista-se com agrado o facto de a mesma passar a possibilitar que nas Regiões Ultraperiféricas e nas zonas escassamente povoadas possam ser concedidos auxílios ao funcionamento no setor dos transportes e das infraestruturas conexas, assim como no setor da produção, distribuição e infraestruturas energéticas.

Artigo 1.º n.º 9

Por outro lado, no que se refere à alteração ao artigo 14.º, julga-se que seria uma boa oportunidade para alterar a redação da alínea c) do n.º 4, de forma a permitir que os custos elegíveis possam ser uma combinação de custos de investimento em ativos corpóreos e incorpóreos e de custos salariais, sem que o montante total desses custos esteja limitado à componente de custos mais elevada, à semelhança, aliás, ao previsto no n.º 2 do artigo 17.º (Auxílios ao investimento a favor das PME). Entende-se que só deste modo haverá um verdadeiro incentivo à criação de emprego. Além disso há que ter em conta que, ao montante dos custos elegíveis, são aplicadas as taxas de auxílios máximas definidas no Mapa Nacional dos Auxílios com Finalidade Regional.

Assim, propõe-se a seguinte redação alternativa para a alínea c) do n.º 4 do artigo 14.º:

“c) Uma combinação das alíneas a) e b).”

Artigo 1.º n.º 10

Quanto ao artigo 15.º temos a registar como positivo a extensão aos sectores da energia, transportes, agricultura e pescas dos auxílios ao funcionamento nas RUP, embora fosse intenção destas Regiões, e dos respetivos Estados, ir mais além e abranger por esta ampliação também os auxílios ao investimento regionais nas RUP.

De destacar, ainda, como favorável prever-se um ajustamento dos atuais limiares, não se avançando com os respetivos valores percentuais concretos, os

quais deverão ter por base os elementos que venham a ser facultados pelas regiões.

Por outro lado, no n.º2 do artigo 15.º propõe-se introduzir:

“2. Nas zonas escassamente povoadas e nas regiões ultraperiféricas, os regimes de auxílio regional ao funcionamento devem compensar os custos adicionais de transporte de mercadorias produzidas em zonas elegíveis para auxílio ao funcionamento, bem como os custos adicionais de transporte de mercadorias que são reprocessadas nessas zonas [...] ”

Discordamos da introdução no n.º 3 do artigo 15.º de limites anuais de auxílios ao funcionamento por beneficiário, determinados em função de percentagens ou valores absolutos ainda não definidos, os quais terão de ser discutidos e negociados entre as RUP e a Comissão Europeia.

Discordamos igualmente da alteração proposta no artigo 15.º n.º3 a) iii) uma vez que não devem estar aqui previstos novos critérios que não se enquadram no espírito do Tratado, em particular no artigo 349.º.

Artigo 1.º n.º 17

Entende-se relevante destacar o texto que se propõe introduzir, designadamente o n.º 4 e o n.º 7 do artigo 56.º-A.

Julga-se conveniente acautelar as situações que, nas Regiões Ultraperiféricas, não cumprem a condição estabelecida neste n.º 4 do artigo 56.º-A, em virtude da própria insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis, em conformidade com o disposto no artigo 349.º do TFUE.

No n.º 11 e no n.º 12 do artigo 56.º-A consideramos conveniente introduzir nas definições aplicáveis aos auxílios a aeroportos regionais agora previstas, após o ponto 143 do atual RGIC, que as Regiões Ultraperiféricas são consideradas regiões periféricas, como forma de garantir que as intensidades máximas de auxílios previstas no n.º 11 podem ser aumentadas em 20 p.p., tal como previsto no n.º 12.

No n.º 5 do artigo 56.º-B entende-se oportuno analisar as percentagens de intensidades máximas de auxílio previstas por relação aos montantes máximos

de custos elegíveis, assim como a percentagem de majoração para investimentos situados em Regiões Ultraperiféricas (alínea a) do n.º 3 do artigo 107.º do TFUE).

No n.º 6 do artigo 56.º-B julga-se conveniente acautelar as situações em que nas Regiões Ultraperiféricas as necessidades de realização de novos investimentos num período de três anos decorram em resultado de calamidades naturais.